



O argumento da reminiscência no *Fédon* de Platão como fundamento do caráter imortal da alma

Dilza Maria Teixeira Firmino¹

¹Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico da Fundação Osório, Rio de Janeiro, Brasil. Especialista em Psicologia. (Pós-graduada em Psicologia Junguiana, 2005, IBMR Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação, RJ). E-mail: dilzateixeira@yahoo.com.br

Resumo

A visão ortodoxa de Platão coloca-o como o primeiro pensador a formular uma autêntica teoria da alma, evidenciando o entendimento de dois planos do ser: o sensível e o inteligível. Porém, a questão da origem do conhecimento, de não menor importância, perpassa sua obra no desenvolvimento da sua teoria das Ideias. Este trabalho analisará *Fédon* com vistas a discutir a possibilidade de uma alma imortal constituir-se como fundamental para a estrutura desenvolvida ao longo deste diálogo, tanto como justificativa do conhecimento quanto como base para a teoria das Ideias. Isto importa: I) na análise da concepção de alma em Platão, identificando os planos sensível e inteligível e o “parentesco” da alma com as Ideias; II) no exame da construção do conceito de reminiscência (*anamnesis*) em *Fédon*, utilizada como fundamento do conhecimento e da natureza imortal da alma; III) em evidenciar a relação existente entre conhecimento, reminiscência e imortalidade da alma.

Palavras-chave: Imortalidade da alma, mundo das Ideias, *Fédon* (Platão), reminiscência (*anamnesis*), conhecimento.

The reminiscence's argument in Plato's *Phaedo* as foundation of the immortal nature of the soul

Abstract

The Plato's orthodoxy vision puts him as the first philosopher to formulate an authentic theory of the soul, evidencing the understanding of two plans of being: the sensitive and the intelligible. However, the subject of the origin of the knowledge, of no smaller importance, go over briefly his work in the development of his theory of the Ideas.

This research will analyze *Phaedo* with views to discuss the possibility of an immortal soul to constitute as fundamental for the structure developed along this dialogue, as much justification of the knowledge as base for the theory of the Ideas.

This matters: I) In the analysis of soul conception in Plato, identifying the sensitive and intelligible plans and the "relationship" of the soul with the Ideas; II) In the exam of the construction of the reminiscence (*anamnesis*) concept in *Phaedo*, used as foundation of the knowledge and of the immortal nature of the soul; III) In evidencing the existent relationship among knowledge, reminiscence and immortality of the soul.

Keywords: Immortality of the soul, world of Ideas, *Phaedo* (Plato), recollection. (*anamnesis*), knowledge.



O ARGUMENTO DA REMINISCÊNCIA NO *FÉDON* DE PLATÃO COMO FUNDAMENTO DO CARÁTER IMORTAL DA ALMA

... Se alguma vez quisermos conhecer os seres em si, ser-nos-á necessário separar-nos do corpo e encarar por intermédio da alma em si mesma os entes em si mesmos. Só assim é que nos há de pertencer aquilo de que nos declaramos amantes: a sabedoria. (PLATÃO. Fédon, 66d)

INTRODUÇÃO

Este trabalho está baseado num dos quatro argumentos a favor da imortalidade da alma no *Fédon*: a reminiscência (*anamnesis*) e, em consequência, analisa a imortalidade da alma como base para a origem do conhecimento. As seguintes questões moveram este estudo: A reminiscência é possível sem que a imortalidade da alma esteja implicada? Se o ciclo de encarnações da alma - conforme cita o *Fédon* - fundamenta a teoria da reminiscência e a do conhecimento, qual o valor do conhecimento sensível e da aprendizagem? Assim, será analisada neste diálogo a necessidade de uma condição imortal da alma para que haja a reminiscência, como forma de garantir a possibilidade do conhecimento. Por esta razão, outros argumentos a favor da imortalidade da alma não foram desenvolvidos neste estudo.

Apresentada inicialmente no diálogo *Mênon*, a reminiscência é, de fato, desenvolvida no diálogo *Fédon*. Este argumento é de fundamental importância na obra de Platão para que a alma faça das ideias eternas o objeto de seu intelecto. Em *Fédon*, a reminiscência inclui como problema filosófico não apenas a morte, mas também a natureza imortal da alma, o que corrobora o lançamento de Platão no plano metafísico da filosofia.

Inicialmente será abordada a concepção da alma antes de Platão e as influências recebidas por ele na elaboração deste conceito. A seguir, será examinada a construção do conceito de reminiscência em *Fédon*, utilizado como fundamento da natureza imortal



da alma. O fechamento do trabalho evidencia a relação existente entre conhecimento, reminiscência e imortalidade da alma

A CONCEPÇÃO DE ALMA E AS IDEIAS

44

A Alma antes de Platão

Nos pensamentos pré-socráticos sobre a alma, segundo Bremmer (1983), observa-se que o domínio das coisas dotadas de alma não é limitado aos animais, mas também incluem as plantas. Empédocles e, aparentemente, Pitágoras, acreditavam que as plantas possuíam alma e que as almas humanas, por exemplo, podiam vir a animar as plantas. Empédocles, por sua vez, raramente usava a palavra alma, preferindo a palavra *daimôn*.

Segundo Snell (1992), os gregos criaram pela primeira vez o que se denomina pensamento, ou seja, o espírito humano como espírito ativo e investigador. Em “A Descoberta do Espírito”, Snell assinala que o *espírito* europeu só começou a existir em virtude de ter sido descoberto, diferentemente do que se expressa ao dizer que Colombo descobriu a América, pois esta já existia antes da sua descoberta. De qualquer forma, ao dizer que o espírito foi descoberto pelos gregos após Homero, Snell ressalta que “espírito” também tem para Homero um sentido determinado, não necessariamente como “espírito”. Assim, “a expressão *espírito* é uma interpretação de algo que anteriormente se interpretou de outra forma e, portanto, existia numa forma diversa”. As atividades dos homens homéricos não eram interpretadas como ação do espírito ou da alma e é neste sentido que ainda não existe nenhum espírito e nenhuma alma. A despeito dos sólidos contornos das figuras homéricas, suas grandiosas ações não são apreendidas como espírito ou alma pessoal. No entanto, havia “algo” que ocupava o lugar do que os gregos posteriores conceberam como espírito ou alma - neste sentido, os gregos homéricos tinham naturalmente espírito e alma: apenas na autoconsciência.

Da mesma forma que Homero se utilizava de diversas palavras para designar o que na atualidade é chamado de “corpo” (e pelos gregos do séc. V de *soma*), ele não apresenta nenhuma palavra específica para designar “alma” ou “espírito”. Segundo Snell, Homero se utiliza de três palavras para abordar a questão da alma: *psyche*, que é a



força que anima o homem e que o mantém vivo; *thymós* e *nóos*. *Thymós* aparece em várias expressões em Homero podendo facilmente ser substituído por *psyche*. Enquanto *thymós* é o órgão anímico-espiritual que suscita os movimentos e reações, o *nóos* é o órgão que recebe as impressões. Desta forma, *nóos* refere-se à questão intelectual, enquanto que *thymós* refere-se à questão emocional.

Snell assinala que, nos poemas de Homero, a palavra alma é usada de duas formas distintas: por um lado, é aquilo que o ser humano arrisca na batalha e perde na morte; por outro lado, é aquilo que na hora da morte sai do redor da pessoa e viaja para o submundo, como sua sombra ou imagem.

Teorias platônicas sobre a alma

Em *Ancient Theories of Soul*, Stanford Encyclopedia of Philosophy (2003) observa-se que as diferentes formas dos gregos analisarem a questão da alma nos séculos VI e V a.C. resultaram numa noção bastante complexa e próxima das teorias filosóficas do século IV, particularmente a de Platão.

Ao final do século V a.C., época da morte de Sócrates, a alma é diferenciada das coisas evidentes e manifestas, sendo responsável pela prática do pensamento e também portadora de virtudes como a coragem e a justiça. Assim, na teoria filosófica, a alma não é apenas responsável pelas funções mentais ou psicológicas como o pensamento, a percepção e a vontade, mas também é a condutora das qualidades morais. Neste período, uma noção não teórica da alma ficou enraizada na linguagem popular. Platão traz uma questão que está intimamente ligada a esta noção popular da alma, da mesma forma como apareceu nos poemas homéricos, ou seja, se a alma de uma pessoa de fato sobrevive à sua morte.

Segundo Snell (1992), *thymós* e *nóos* são, na realidade, as partes da alma que Platão irá falar. No entanto, estas pressupõem a totalidade da alma, que Homero não aborda. Através da sua concepção das partes da alma, Platão retorna conscientemente à concepção homérica e usa o conceito de *thymós* apenas com uma intenção “pedagógica”.



Segundo Rogue (2007), Platão utiliza na abordagem da alma seu conhecimento do Orfismo, de Pitágoras e o ensinamento de Anaxágoras. O Orfismo influencia Platão nos temas como o *corpo-túmulo* (somente a morte poderia libertar a alma do corpo, que era considerado o seu cárcere) ou a *metempsicose* (a reencarnação da alma em vários corpos, com vistas a sua purificação).

Para Cornford (1996), Pitágoras considerou que a doutrina implicada na transmigração, que é a unidade de todas as coisas vivas - como deuses, homens e animais - constitui uma comunidade, animada por um princípio de vida, que passa de uma forma para outra. A alma é indestrutível e, de acordo com esta natureza, o seu sucesso ou o seu fracasso definirá a sua ascensão ou a sua queda na escala da existência. Em *Fédon* (1972, 97c-e; 98c), Platão apresenta a concepção pitagórica de que o homem é estrangeiro neste mundo e o corpo é a prisão da alma. No entanto, o homem não deve buscar o suicídio para se libertar, pois ele está sob a guarda dos Deuses.

Platão cita Anaxágoras no *Fédon* (1972, 62b), indicando que “o espírito é o ordenador e a causa de todas as coisas”. Inicialmente pensou ter encontrado em Anaxágoras o explicador do espírito como causa universal, inteligível, de tudo o que existe. No entanto, ao estudar as obras de Anaxágoras, frustrou-se quando constatou que este não fazia nenhum uso do espírito como causa na ordem do universo, uma vez que ia procurar tal causalidade em outras coisas como o éter e o ar.

As Ideias em Platão

Cornford (1996) assevera que nos diálogos mais tardios de Platão pode-se observar a contribuição de Sócrates para a teoria das ideias, base do platonismo. A aspiração moral, instituída por Sócrates, implica numa constante tentativa da alma em direção a um ideal de perfeição. A palavra “justiça”, ao ser avaliada por diferentes pessoas, pode trazer conflitos de opiniões. No entanto, a aspiração moral é universal. Existe somente um ideal de perfeição comum a toda a humanidade, um modelo pelo qual os costumes e ações podem ser dimensionados. Assim, o termo “justiça” possui um significado universal, que não depende das várias coisas que são chamadas em vários

lugares e em momentos diversos. O significado absoluto pode ser definido e conhecido. Isto é o que Platão chamou de “Forma” ou “Ideia”.

Observa-se que Platão buscava as verdades imutáveis que existiam por detrás de todas as coisas. Daí o surgimento, em suas obras, da teoria das Ideias, onde existiam modelos perfeitos de tudo o que existia no mundo sensível, que não passava de um lugar de sombras, reflexos do mundo verdadeiro, o das Ideias. Quando se fala de Justiça como um ideal, pode-se também supor que ela nunca pode estar completamente incorporada em qualquer homem ou sistema de instituições.

O sensível e o inteligível

Rogue (2007) destaca que Platão funda o dualismo ontológico ao desenvolver a teoria das Ideias. De um lado, existe aquilo que pertence ao mundo sensível, às aparências, e que não possui a qualidade de realidade degradada porque é múltiplo e mutável. De outro lado, existem as Ideias, o inteligível, aquilo que pode, devido à sua própria natureza, ser qualificado de verdadeiro. O mundo das ideias é uma realidade suprema que possui uma existência própria, separada, do qual o sensível tira, por participação, toda a sua realidade. Assim, para Platão, o ser "verdadeiro" é formado por uma realidade inteligente e inteligível que lhe é transcendente.

Rogue assinala ainda que o idealismo platônico surge como uma solução aos problemas de unidade e de multiplicidade que representam uma contradição que o *logos* deve resolver. Em virtude da dificuldade encontrada para dizer sobre o *ser* das coisas, torna-se necessário remontar à unidade da Ideia para analisar a diversidade do mundo sensível.

Rogue destaca que a separação - o *chôrismos* - do sensível e do inteligível é consequência natural das características da Ideia de indivisibilidade, eterna identidade e universalidade. Em *Fédon* (1972, 79a), Platão destaca que a Ideia é atingida apenas pela inteligência, contrariamente à realidade em devir que só é captada pelos sentidos. A separação entre o sensível e o inteligível induz à separação entre alma e corpo, a *psyche* e o *soma*.



Piettre (1989) assinala que a realidade inteligível (as Ideias) é caracterizada por sua estabilidade e eternidade: o seu ser. Por outro lado, o que caracteriza a realidade sensível é sua mobilidade e inconstância, ou seja, sua condição de vir a ser. Em *Fédon* (1972, 64d; 65b-66b; 65c; 67b) Platão observa que a morte não é nada mais do que a separação alma - corpo. O que ocorre é que a alma é forçada a enxergar a realidade por meio da prisão do corpo. O corpo é um impedimento para a obtenção da verdadeira sabedoria, pois engana a alma que só atingirá a verdade quando se separar dele. É no ato de raciocinar que a alma apreende, em parte, a realidade de um ser. A apreensão de valores como “belo em si”, “justo em si”, “bom em si”... não se dá por meio do corpo, mas do pensamento/raciocínio. O corpo agita a alma e a impede de adquirir a verdade e exercer o pensamento. O corpo é, portanto, um entrave ao conhecimento e impede o homem de filosofar. Para obter qualquer conhecimento puro é necessário que a alma se separe do corpo, ou seja, o conhecimento só é possível após a morte. Só assim, o ser humano conhece “sem mistura alguma” tudo o que ele é. Assim, o ser universal está ligado à essência, ao inteligível, enquanto que os seres mutáveis ocupam o mundo das ilusões, o mundo sensível.

Considerando-se que a alma pode pensar sem o corpo, é necessário justificar que os pensamentos não podem surgir do nada. Observa-se que Platão caracteriza a alma como eterna, imortal e vinda do mundo ideal. Antes de encarnar, a alma teria vivido no mundo das ideias, onde obteve o conhecimento direto e imediato, sem necessidade do uso dos sentidos. Ao nascer, ela irá unir-se ao corpo por necessidade natural ou pela necessidade de expiação de culpa, tornando-se prisioneira dele.

Goldschmidt (2002) assinala a análise, em *Fédon*, da semelhança da alma com as Ideias (Formas). As Formas mantêm sua identidade permanente, são invisíveis e divinas assim como a alma, ou seja, a alma assemelha-se às Formas e lhes é aparentada. A alma irá parecer com ela mesma quando desvia-se do corpo e lança-se na direção das Formas. Por outro lado, a alma que comanda o corpo também aí evidencia o seu parentesco com a divindade.



... Quando ela (a alma) examina as coisas por si mesmas, quando se lança na direção do que é puro, do que sempre existe, do que nunca morre, do que se comporta sempre do mesmo modo - em virtude de seu parentesco com esses seres puros - é sempre junto deles que a alma vem ocupar o lugar a que lhe dá direito toda realização de sua existência em si mesma e por si mesma. Por isso, ela cessa de vagar e, na vizinhança dos seres de que falamos, passa ela também a conservar sempre sua identidade e seu mesmo modo de ser: é que está em contato com coisas daquele gênero... (PLATÃO, 1972, 79d)

Cherniss (1936) assevera que a alma é necessária para a teoria das ideias. Sem a alma as ideias não teriam sentido, pois é por meio da alma que ocorre a compreensão da ligação entre mundo inteligível e mundo sensível.

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE REMINISCÊNCIA

O contato com a teoria pitagórica da transmigração influenciou de forma marcante Platão, que já estava imbuído da aspiração moral socrática.

Segundo Cornford (1996), esta influência se reflete na doutrina da reminiscência em *Mênon*, anunciada como uma solução para o problema do conhecimento. Reminiscência, no entanto, implica na separação alma-corpo e, portanto, na existência de uma alma imortal que pode relembrar conhecimentos adquiridos anteriormente. A imortalidade da alma, no entanto, só aparece mais detalhada em *Fédon*.

A tese das ideias verdadeiras e inatas é defendida por Platão em *Mênon* (2007) e reapresentada no *Fédon* (1972, 72e-77a), nas quais ele se refere à teoria da reminiscência: o ser humano recorda a verdade que já está nele. Para Platão (1972, 75e), a verdadeira realidade é a das ideias, do *eidos*, que antecede a materialidade. O mundo das ideias, portanto, existe *a priori*. O ser humano esquece, ao nascer, a aquisição anterior ao seu nascimento e o que ele chama de instruir-se é, na realidade, reaver um conhecimento que já pertencia a ele. Ou seja, conhecer é recordar.

O diálogo *Fédon* aborda os momentos que precederam a morte de Sócrates, relatados por *Fédon* de Elis, discípulo de Sócrates, a Equócrates. *Fédon* procura responder à curiosidade de Equócrates a respeito das circunstâncias em que ocorreu a morte de Sócrates. *Fédon* expõe as crenças do filósofo, constituindo-se numa apologia



da própria filosofia. Sócrates, neste diálogo, apresenta argumentos a favor da imortalidade da alma. A alma, em vida, deve lutar contra os prazeres e vícios do corpo, que a aprisiona e, portanto, a desvia de sua verdadeira essência. Esta libertação é possível através da busca do conhecimento. O filósofo é aquele que, desprendendo-se dos bens terrenos, cuida adequadamente da sua alma, vivendo para a sabedoria e praticando o bem.

O argumento da reminiscência no diálogo *Fédon* (1972, 73a-e) afirma que a alma, antes de encarnar no corpo, contempla o verdadeiro conhecimento. No entanto, ao encarnar, esquece tudo. Assim, aprender é recordar a verdade que foi conhecida anteriormente à encarnação. Em *Fédon*, quando o personagem Símiias pede provas da imortalidade da alma, o personagem Cebes apresenta-lhe a do diálogo de “*Ménon*” e Sócrates complementa-a com duas premissas:

1. Para que uma pessoa se recorde de algo, é necessário que ela possua um conhecimento anterior do objeto que está sendo recordado;

2. O mundo sensível e as sensações são condições necessárias para que haja a reminiscência, pois quando uma pessoa percebe algo através das sensações, imediatamente o associa a outra coisa, seja por semelhança ou diferença. Embora aquilo que está sendo percebido seja apenas mera cópia imperfeita das Ideias que a alma contemplou, a pessoa recorda essas ideias. Desta forma, Platão evidencia que o conhecimento não é obtido neste mundo, mas por meio da reminiscência (*anamnesis*), destacando, assim, o seu caráter inato. Ackrill (2001) ressalta que ninguém supõe que este argumento do *Fédon* realmente prova a pré-existência da alma. De qualquer forma, esta condição é considerada como um argumento significativo; sua estrutura é complexa e isto envolve uma variedade de questões e dificuldades filosóficas.

A reminiscência é acessível apenas para quem consegue estabelecer a diferença entre cópia e original, ou seja, para aquele que, quando vê um objeto e o associa à outro, percebe que esta sensação é imperfeita em relação ao seu modelo original. Os objetos são, portanto, imitações insuficientes das ideias, do ser verdadeiro.

Para atender aos critérios de definição da reminiscência em *Fédon*, Sócrates (1972, 73d-74a) elenca cinco exemplos: 1) Perceber uma lira e recordar-se de um homem; 2) Perceber Símiias e recordar-se de Cebes; 3) Perceber uma pintura de um



cavalo ou de uma lira e recordar-se de um homem; 4) Perceber uma pintura de Símias e recordar-se de Cebes e 5) Perceber uma pintura de Símias e recordar-se de Símias. Todos esses exemplos mostram um conhecimento anterior do evento observado, ao mesmo tempo que um conhecimento diferente daquele possibilitado pelos sentidos. Também mostram que a reminiscência provém de associações semelhantes e não semelhantes. No entanto, Platão (1972, 74a-75e) assinala que somente com o argumento da Igualdade em si, que é a ausência total de falhas, é que a imortalidade da alma está verdadeiramente implicada. A Igualdade em si é diferente do conhecimento da igualdade entre as coisas, e a igualdade dos objetos do mundo sensível só pode ser concebida se estiver referenciada ao seu modelo universal e imutável do Igual em si. O Igual em si está vinculado ao mundo inteligível e não ao mundo sensível.

Assim, se as coisas em si existem, é necessário que as almas existam antes de nascer. Quando nascemos temos contato apenas com o mundo sensível. As idéias de Igual, Bom, Justo, Belo, só poderão existir em nós se nossa alma as tiver contemplado antes de reencarnar. Desta forma, a alma é imortal e é anterior ao corpo.

Cornford (1996) assinala que o problema desta doutrina é como se pode alcançar o conhecimento das Formas ou Ideias na sua definição. Não se pode, por exemplo, atribuir o significado de perfeita Justiça para aquilo que diferentes homens e instituições chamam de justo, uma vez que nenhum deles tem uma completa compreensão de Justiça universalmente conhecida tal como ela é. A Justiça Perfeita não tem um caráter comum difundido entre eles. Daí surgem as questões: Como saber que a *justiça* é tal como a coisa se ela não pode ser encontrada na experiência? Ou se isto pode ser encontrado, como reconhecer entre as outras coisas o que guia o nome da Justiça sem desmerecer isto? Quando se busca uma definição de Justiça, não se é obrigado a conhecer a coisa que está sendo procurada? Mas se a coisa é conhecida, qual a necessidade de procurar por ela? A teoria da Reminiscência responde que o conhecimento das Formas perfeitas e, portanto, todo o conhecimento da verdade está todo o tempo presente na alma do indivíduo de forma latente e inconsciente. O que é denominado de “aprendizado” ou a descoberta da verdade é a reminiscência do conhecimento latente manifestado no plano da consciência. A alma é guiada na busca por sua própria visão obscura da verdade que está sempre presente, necessitando apenas ser mais evidenciada e ajustada com outras



partes do sistema completo da verdade. Além disso, se o conhecimento já se encontra presente na alma, a alma tem que ser imortal e independente do corpo e dos sentidos e necessariamente já viu a verdade em algum estado primeiro de existência, antes de vir para o corpo. A verdade foi esquecida, no entanto, é armazenada na memória e pode ser recordada. Em *Mênon*, Platão cita Sócrates colocando esta teoria em teste. Por meio de perguntas a um escravo que nunca tinha aprendido geometria, Sócrates extraiu do escravo a solução de um problema de construção. Sócrates alega que não mostrou nada ao escravo, apenas fez algumas questões e levou o escravo a ver, por si mesmo, a melhor solução para o problema. Este é o primeiro reconhecimento que o conhecimento de matemática é *a priori*.

Em *Mênon* (2007) Platão explicita que a demonstração prática apresentada com a pergunta do escravo acerca da diagonal do quadrado basta para assegurar a possibilidade que a alma tem de referir-se a objetos que não lhe são fornecidos pelos sentidos.

Rogue (2007) assinala que a passagem do *Fédon* sobre a Igualdade em si possibilita a compreensão da importância da reminiscência para a explicação da existência separada do inteligível. Esta passagem esclarece que os objetos sensíveis nos fazem lembrar do Igual em si, já que eles mesmos podem entrar em relação de igualdade entre eles. No entanto, esta participação é relativa, pois a igualdade dessas coisas não é o mesmo que o Igual em si. Por outro lado, são essas mesmas igualdades que, embora diferentes do Igual em si, nos levam a conceber e adquirir o conhecimento do Igual em si. Assim, é necessário que antes tenhamos conhecido o Igual, mesmo antes de começarmos a captar as informações através dos sentidos. Para tal, é necessário que tenhamos adquirido o conhecimento do Igual antes do nascimento.

Kahn (2004) ressalta que a existência da alma antes de nascer é, portanto, inferida a partir do conhecimento prévio das Formas (Ideias) como objetos de recordação. O aparecimento em *Fédon* (1972, 74a) de iguais bastões e pedras demonstra sua imperfeição em relação ao Igual. Assim, o conhecimento da Forma decorre do reconhecimento desta deficiência dos objetos percebidos. O conhecimento pré-natal das Formas é, portanto, pré-condição para o conhecimento sensível. Segundo Kahn, este argumento é criticado por muitos comentaristas.



- (SO) E em troca, penso, poder-se-ia supor que perdemos, ao nascer, essa aquisição anterior ao nosso nascimento, mas que mais tarde, fazendo uso dos sentidos a propósito das coisas em questão, reaveríamos o conhecimento que num tempo passado tínhamos adquirido sobre elas. Logo, o que chamamos de “instruir-se” não consistiria em reaver um conhecimento que nos pertencia? E não teríamos razão de dar a isso o nome de “recordar-se”? (1972, 75e)

Cornford (1996) ressalta que, tanto na teoria da Reminiscência de Platão quanto na filosofia pitagórica, o conhecimento das concepções perfeitas e verdades da matemática estão ligados à crença da imortalidade da alma. Além disso, os objetos do conhecimento matemático para Platão são da mesma ordem da realidade inteligível como os objetos do conhecimento socrático - aqueles ideais de perfeita moral que regulam a conduta da vida. A morte não é nada mais além do que a completa separação da alma imortal do corpo e a vida do amante da sabedoria, do filósofo, é o ensaio ou preparação para a morte. Platão, ao escrever o *Fédon*, afirma que a alma não meramente sobrevive à morte do corpo, mas é de essência eterna e indestrutível. Ele também descobriu o mundo das Formas contendo a moral Ideal e os objetos de conhecimento matemático, ambos de essência eterna e indestrutível e, portanto, semelhantes à estrutura da alma. Assim, a morte não é nem destruição nem migração para o Hades homérico. É o livramento do espírito divino no homem da casa-prisão da carne, onde ele tem somente residência temporária, uma estada como um estrangeiro ou peregrino. O espírito imortal denominado “alma” no *Fédon* é identificado com o “ser verdadeiro”. A específica Forma pode ser pensada como um ideal de perfeição e característica de movimento de vida e impulso da vontade.

RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO, REMINISCÊNCIA E IMORTALIDADE DA ALMA

Para Platão, conhecer é conhecer a Ideia, a verdade na sua essência. A reminiscência (*anamnesis*) em *Mênon* surge como uma justificativa da possibilidade do conhecimento, ou seja, aprender é recordar. No entanto, a separação alma-corpo, a



imortalidade da alma requerida para a reminiscência só aparece em *Fédon*, onde a reminiscência está ligada à origem do conhecimento.

Em *Fédon*, o que garante a possibilidade do conhecimento das coisas em si mesmas é o fato de a alma ter conhecido a verdade antes de nascer. A imortalidade da alma em *Fédon* é, portanto, uma hipótese necessária para que o conhecimento das “coisas em si mesmas” seja readquirido por meio da reminiscência. As provas apresentadas para a imortalidade da alma são apoiadas na teoria das ideias: se aprender é recordar, a alma já teve contato com as Ideias. Assim, a reminiscência fundamenta duas instâncias da argumentação platônica: a imortalidade da alma e a existência das Ideias. Além disso, o conhecimento das Ideias pela alma demonstra a semelhança desta com aquelas.

Para provar a existência anterior da alma e, portanto, a sua imortalidade, a reminiscência deverá ser reprodução de um conhecimento prévio diferente daquele conhecimento adquirido pelos sentidos. O verdadeiro conhecimento é obtido quando nossa alma transcende o mundo sensível para apreender a Ideia daquilo que é comum à multiplicidade apresentada, ou seja, aquilo que faz com que cada coisa seja realmente aquilo que ela é. Conhecer é, portanto, reduzir a multiplicidade da experiência sensível à Ideia que lhe corresponde. O verdadeiro conhecimento, contudo, só poderá ser adquirido pela alma quando esta estiver separada do corpo e, portanto, livre da influência dos sentidos.

A reminiscência poderá ocorrer sem que a imortalidade da alma esteja envolvida (olhar para Símiias e recordar-se de Cebes), mas apenas o conhecimento das “coisas em si mesmas” (o Igual, o Belo, o Justo) pode justificar a imortalidade da alma. Em *Fédon*, ao descrever os momentos finais de Sócrates, Platão (1972, 65e-67a) fala da existência de uma trilha que conduz o indivíduo de modo reto na busca da verdade, que jamais será alcançada enquanto a alma estiver misturada ao corpo. No entanto, se o indivíduo quiser conhecer puramente os seres em si, é necessário separar-se dele e “encarar por intermédio da alma em si mesma os entes em si mesmos”, ou seja, quando ele estiver morto, e não em vida. Neste sentido, o corpo é um peso para a alma e a separação dos dois significa a libertação do espírito. Somente com a morte, quando a alma se separa do corpo, o ser humano conhece de forma pura, “sem mistura alguma”, tudo o que ele é.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria da reminiscência em *Fédon* encontra-se em mútua relação com a imortalidade da alma, pois é necessário que ela se apóie numa base que justifique o acesso ao mundo inteligível. Em consequência, este argumento, além de justificar a natureza imortal da alma, indica a possibilidade da alma conhecer as coisas como elas são. E, segundo Platão, (1972, 66d-e) “*a própria razão o afirma, uma vez que é impossível conhecer alguma coisa de modo puro enquanto perdurar a união com o corpo*”

AGRADECIMENTO:

Agradeço ao Professor de Filosofia, Tenente Denilton Veroneze Marinho Paes, pelo grande apoio por ocasião da elaboração deste trabalho.

REFERÊNCIAS:

a) Periódicos

CHERNISS, H.F. The Philosophical Economy of the Theory of Ideas. Originalmente publicado em *American Journal of Philology*, 57, 1936, 445-456. Traduzido para o português por Irley Franco, em *O que nos faz pensar*, PUC-Rio, nº. 2, p. 109-118.

b) Livros

CORNFORD, F.Mc.D. *Before and After Socrates*. Cambridge: University Press, 1996, p. 69-72; 59-61; 74-79.

GOLDSCHMIDT, V. *Os Diálogos de Platão: Estrutura e Método Dialético*. São Paulo: Loyola. 2002. 354 p, p. 177-178.

KAHN, Charles H. *Plato and the Socratic Dialogue. The Philosophical use of a Literary Form*. Cambridge University Press, 2004, p. 356.



PIETTRE, B. O Pensamento de Platão. (in PLATÃO. A República: Livro VII). Tradução de Elza Moreira Marcelina. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Ática, 1989, p. 26-27.

PLATÃO. Fédon. São Paulo: Abril Cultural, 1972, 1ª ed., 269p. Tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa (Col. Os Pensadores), 62b; 97c-e; 98c; 79a; 64d; 65b-66b; 65c; 66b-67b; 79c-80a; 79d; 72e-77a; 75e; 73a-e; 73d-74a; 74a-75e; 65e-67a; 66d-e.

_____. Mênon. Rio de Janeiro: PUC Rio, 4ª ed., 2007. 117p. Tradução de Maura Iglesias, 81a-d; 81e.

REALE, Giovanni & ANTISERI, Dario. História da Filosofia. Vol. I, São Paulo: Paulus, 1990.

ROGUE, C. Compreender Platão. Petrópolis: Vozes, 2007. 207 p. Tradução de Jaime A. Clasen, p. 202-203; 13; 86; 78; 87-89.

SNELL. B. A Descoberta do Espírito. Lisboa: Edições 70, 1992, 424 p. Tradução de Artur Morão, p. 29-33; 38.

c) Documentos consultados na Internet

ACKRILL, J. L. Essays on Plato and Aristotle. Oxford University Press, 2001, in <http://www.oup.com/us/catalog/general/subject/Philosophy/History/Ancient/>, acesso em 21 de setembro de 2008. p. 13.

BREMMER, J. The Early Greek Concept of the Soul. Princeton: Princeton University Press, 1983, in <http://plato.stanford.edu/entries/ancient-soul/>, acesso em 27 de agosto de 2008.

IGLÉSIAS, Maura. Platão e a descoberta da alma. Boletim do CPA, Campinas, nº 5/6, jan./dez. 1998, in <http://venus.ifch.unicamp.br/cpa/boletim/boletim05/02iglesias.pdf>, acesso em 27 de agosto de 2008.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Ancient Theories of Soul, 2003, in <http://plato.stanford.edu/entries/ancient-soul/>; acesso em 27 de agosto de 2008.